



Ao Banco Central do Brasil

Referente: CARTA DE APRESENTAÇÃO

Em atendimento a Circular 3.964 de 25 de novembro de 2019, a **JBCred S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.230.630/0001-03, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, apresenta por meio desta, as demonstrações contábeis para o **semestre** findo em **30 de junho de 2024**.

1. Encontram-se em anexo a esta Carta, os seguintes documentos:

- Relatório da Administração;
- Relatório dos Auditores Independentes;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração dos Resultados Abrangentes;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração dos Fluxos de caixa; e
- Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

2. Cumpre salientar que a administração do **JBCred S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento** é responsável pelo conteúdo dos documentos relacionados nesta carta, e, por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo banco central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção.

Atenciosamente.

Elaine Florentino de Gois

Diretora

Marcelo Alcides Ignácio Pereira

Contador – CRC 1SP 212924/O-3

JBCRED S/A – SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Relatório do auditor independente sobre as
demonstrações contábeis

Referente ao semestre findo em 30 de junho de 2024.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de *QR Code* para acessar o conteúdo da imagem.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

**Administradores e aos Acionistas da
JBCRED S/A – SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E
INVESTIMENTO
São Paulo - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da JBCRED S/A – SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (“JBCRED” ou “Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da JBCRED S/A – SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (“JBCRED” ou “Sociedade”), em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 03, Plano de implementação Resolução CMN nº 4.966/21, na qual a JBCRED divulga que “em cumprimento ao disposto pela Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, e outros normativos correlacionados, a JBCRED está elaborando o Plano de Implementação da Regulamentação Contábil e dos impactos preliminares previstos pela mesma resolução. Este plano engloba a definição de equipe do projeto, estudo da regulamentação, montagem de cronograma em conjunto com fornecedores, bem como apresentação e aprovação da Diretoria. A JBCRED está atuando junto aos grupos de trabalho, fóruns específicos e em contato próximo e permanente com o prestador de serviço de tecnologia para monitoramento e discussão das principais mudanças e funcionalidades impactadas. A instituição entende que as mudanças nos modelos de negócio e relação com produtos financeiros trarão impactos em toda esteira e processos internos, sendo necessária a revisão e readequação de políticas e controles, bem como reformulação do elenco de contas do COSIF. O cronograma do Plano de Implementação prevê fases de testes e homologações durante o ano de 2024 para implantação e vigência a partir de 01 de janeiro de 2025. A Diretoria está ciente e aprova o plano de implementação, considerando os impactos e mudanças contábeis, regulatórias, de risco e normas internas das implementações do proposto pela Resolução CMN 4.966/21, e está empenhando esforços ao atendimento das melhores práticas, visando maior qualidade nas informações fornecidas aos usuários.” Nossa opinião não contém modificação relacionada a este assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração da Sociedade, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 27 de agosto de 2024.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA:90238435091
5091

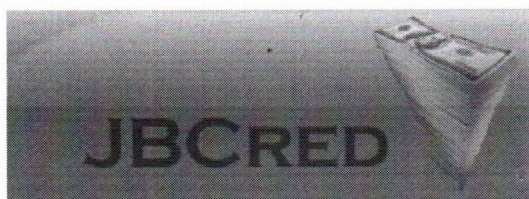
Assinado de forma digital por
ROGER MACIEL DE
OLIVEIRA:90238435091
Dados: 2024.08.28 09:28:22
-03'00'

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

JUCLEIA GONCALVES RODRIGUES:47689692087
2087

Assinado de forma digital
por JUCLEIA GONCALVES
RODRIGUES:47689692087
Dados: 2024.08.28
09:54:38 -03'00'

Jucléia Gonçalves Rodrigues
Contadora 1 CRC RS 078349/O-1
Sócia



JBCRED S/A SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

*Demonstrações Contábeis
Dos semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023.*

Conteúdo

Relatório da Administração

Balancos Patrimoniais

Demonstrações de Resultados

Demonstrações de Resultados Abrangentes

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Relatório dos Auditores Independentes

JBCRED S/A SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ: 04.230.630/0001-03

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

Atendendo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. O Balanço Patrimonial correspondente ao Exercício findo em 2023 e semestre findo em 30 de junho de 2024 e as respectivas Demonstração do Resultado, da Demonstração do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido e do Fluxo de Caixa, correspondentes aos semestres findos em 30 de junho de 2024 e de 2023, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

A **JBCred**, autorizada como Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento desde 31/05/2018, está focando atingir seus objetivos de expansão em sua participação no Mercado Financeiro, com base na estratégia de ampliação do volume de crédito ofertado e na busca por aprovação, junto ao seu órgão regulamentador, de novos produtos para incremento do portfólio de operações e níveis de receita.

Atualmente, a **JBCred** possui indicadores de mercado e liquidez financeira em patamares adequados e suficientes, estrategicamente considerados pela Administração, como base para o crescimento sustentável, organizado e homogêneo, em consoante com a sua política de utilização exclusiva de capital próprio.

Conhecer o Mercado e manter a sinergia com seus clientes, para atingir o crescimento desejado, sempre foi e será o princípio fundamental e marca registrada da **JBCred S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento**.

Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos.

São Paulo, 23 agosto de 2024.

JBCred S/A - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ: 04.230.630/0001-03

BALANÇOS PATRIMONIAIS FIMOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023.

<u>Ativo</u>	<u>Nota Explicativa</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Ativo Circulante:		91.471	90.981
Caixa e equivalentes de caixa	5	547	915
Disponibilidades		547	915
Títulos e valores mobiliários	6	53.442	64.084
Carteira própria		53.442	64.084
Operações de crédito		34.156	23.961
Setor privado	7a	45.048	33.524
(Provisão para crédito de liquidação duvidosa)	7c	-10.892	-9.563
Outros créditos	8	3.297	2.016
Rendas a Receber		1	3
Diversos		3.296	2.013
Outros valores e bens		29	5
Despesas antecipadas		29	5
Ativo não Circulante		6.187	2.343
Títulos e valores mobiliários		5.054	1.282
Carteira própria		5.054	1.282
Imobilizado de uso	9	1.081	1.004
Outras imobilizações de uso		5.558	5.347
(Depreciações acumuladas)		-4.477	-4.343
Outros Ativos intangíveis	9	52	57
Intangível		146	138
(-) Amortizações		-94	-81
Total do ativo		97.658	93.324

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

JBCred S/A - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ: 04.230.630/0001-03

BALANÇOS PATRIMONIAIS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023.

<u>Passivo</u>	<u>Nota Explicativa</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Circulante:		8.458	4.714
Outras obrigações		8.458	4.714
Cobrança e arrecadação de tributos		18	15
Sociais e estatutárias	13	3.750	1.713
Fiscais e previdenciárias	10	1.454	588
Diversas	11	3.236	2.398
Patrimônio líquido:	13	89.200	88.610
Capital Social		46.500	46.500
De domiciliados no país		46.500	46.500
Reserva de lucros		38.518	42.110
Lucro no Período		4.182	
Total do passivo e patrimônio líquido		97.658	93.324

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

JBCred S/A - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ: 04.230.630/0001-03

Rua Líbero badaró, 293 - 20º Andar

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E DE 2023.

	Nota Explicativa	Semestres	
		2024	2023
Receitas da intermediação financeira		<u>31.430</u>	<u>23.879</u>
Operações de crédito		28.328	19.729
Resultado de operações com Títulos e Valores Mobiliários		3.102	4.150
Despesas de intermediação financeira		<u>-7.997</u>	<u>-6.564</u>
Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa	7c	-7.967	-6.515
Perdas operações de Credito		-30	-49
Resultado bruto da intermediação financeira		<u>23.433</u>	<u>17.315</u>
Outras receitas/despesas operacionais		<u>-18.320</u>	<u>-16.411</u>
Receitas de prestação de serviços		15	0
Despesas de pessoal	15	-5.072	-4.962
Despesas administrativas	14	-10.768	-9.567
Despesas tributárias	17	-1.901	-1.305
Outras Receitas Operacionais	16	86	102
Outras Despesas Operacionais	16	-680	-679
Resultado operacional		<u>5.113</u>	<u>904</u>
Resultado antes da tributação sobre os lucros e participações		<u>5.113</u>	<u>904</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social		<u>-820</u>	<u>0</u>
Provisão para imposto de renda	10b	-508	0
Provisão para contribuição social	10b	-312	0
Prejuízo do semestre / Exercícios		<u>4.293</u>	<u>904</u>
Número de ações		<u>46.500</u>	<u>46.500</u>
Prejuízo por ação		<u>0,09</u>	<u>0,02</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

JBCred S/A - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ: 04.230.630/0001-03
Rua Líbero badaró, 293 - 20º Andar

Demonstração do Resultado Abrangente para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e de 2023

	Semestres	
	2024	2023
Lucro / Prejuízo do Semestre / Exercício	<u>4.293</u>	<u>904</u>
Itens que não serão reclassificados para o resultado	0	0
Ajustes de avaliação	0	0
Total do resultado abrangente	<u>4.293</u>	<u>904</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

JBCred S/A - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ: 04.230.630/0001-03
Rua Líbero badaró, 293 - 20º Andar

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E DE 2023.

Em R\$ mil

Nota Explicativa	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva de Lucros		Lucros Acumulados	Total
			Reserva Legal	Margem Operacional		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	46.500	0	6.005	35.365	0	87.870
Pagamento Dividendos (Redução reserva)	0	0	0	-4.080	-215	-4.295
Lucro do semestre	0	0	0	0	904	904
Reserva Legal	0	0	45	0	-45	0
Transferência para Reserva estatutária	0	0	0	644	-644	0
Saldos em 30 de junho de 2023	46.500	0	6.050	31.929	0	84.479
Saldos em 31 de dezembro de 2023	46.500	0	6.301	35.809	0	88.610
Ajuste de exercícios anteriores	0	0	0	0	104	104
Pagamento Dividendos (Redução reserva)	0	0	0	-3.807	0	-3.807
Lucro do semestre	0	0	0	0	4.293	4.293
Reserva Legal	0	0	215	0	-215	0
Provisão para distribuição de dividendos e JCP	0	0	0	0	0	0
Transferência para Reserva estatutária	0	0	0	0	0	0
Saldos em 30 de junho de 2024	46.500	0	6.516	32.002	4.182	89.200
Mutação do Período	0	0	215	-3.807	4.182	590

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E DE 2023.

	Em R\$ mil	
	Semestre 2024	2023
Lucro líquido ajustado	12.464	7.568
Lucro do semestre	4.293	904
Ajustes ao lucro líquido	8.171	6.664
Depreciações/Amortizações	147	228
Provisão para demandas judiciais	57	-79
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.967	6.515
Varição em ativos operacionais	-68	14.471
(Aumento) / redução - Títulos e valores mobiliários	19.399	21.808
(Aumento) / redução - Operações de crédito	-18.162	-6.457
(Aumento) / redução - Outros créditos	-1.281	-918
(Aumento) / redução - Outros valores e bens	-24	38
Varição em passivos operacionais	3.687	407
Aumento / (Redução) - Cobrança e Arrecadação de tributos	3	0
Aumento / (Redução) - Sociais e Estatutárias	2.037	215
Aumento / (Redução) - Fiscais e previdenciárias	866	-126
Aumento / (Redução) - Diversas	781	318
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	3.619	14.878
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	-219	-7
Aquisição imobilizado	-222	-9
Baixa Imobilizado de uso	3	2
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	-3.703	-4.939
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio propostos	0	-4.295
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio pagos	-3.807	-644
Constituição Reserva Estatutária	0	0
Ajuste exercício anterior - Crédito Previdenciário	104	0
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	12.161	17.500
Modificações na posição financeira de caixa e equivalentes de caixa		
No início do semestre	11.176	12.894
No fim do semestre	23.337	30.394
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	12.161	17.500

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis referente semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023 e Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2023.

(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado o contrário)

1. Contexto operacional

A **JBCred S/A - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento** (“**JBCred**” ou “**Sociedade**”) foi constituída em 10 de novembro de 2000, e obteve a autorização para funcionamento concedida pelo Banco Central do Brasil (BACEN), em 20 de dezembro de 2000.

Desde sua constituição, é regida pela atividade que foi autorizada, a **Sociedade** oferece Operações de Crédito somente às Pessoas Físicas, que apresentam ou não restrições de crédito no mercado financeiro. Como política operacional, atua somente com recursos próprios em uma configuração de carteira de operações totalmente “banking”.

A **Sociedade** possui indicadores de rentabilidade e liquidez, consideradas pela Administração, em nível adequado e suficiente em relação ao cenário atual do Mercado Financeiro.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), e evidenciam todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela diretoria na sua gestão.

Em 12 de agosto de 2020, o BACEN emitiu a Resolução BCB nº 2, que consolida os critérios para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. O objetivo principal dessa norma é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards (IFRS)*.

Conforme Art. 23º da Resolução BCB nº 2/20, as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade, por entender que essa forma de apresentação proporcionará informação mais relevante e confiável para o usuário.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da **JBCred** e foram aprovadas, pela Administração, em 23 de agosto de 2024.

3. Mudança nas Políticas Contábeis e Divulgações

Plano de implementação Res. 4.966/21

Em cumprimento ao disposto pela Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, e outros normativos correlacionados, a JBCred está elaborando o Plano de Implementação da Regulamentação Contábil e dos impactos preliminares previstos pela mesma resolução.

Este plano engloba a definição de equipe do projeto, estudo da regulamentação, montagem de cronograma em conjunto com fornecedores, bem como apresentação e aprovação da Diretoria.

A JBCred está atuando junto aos grupos de trabalho, fóruns específicos e em contato próximo e permanente com o prestador de serviço de tecnologia para monitoramento e discussão das principais mudanças e funcionalidades impactadas.

A instituição entende que as mudanças nos modelos de negócio e relação com produtos financeiros trarão impactos em toda esteira e processos internos, sendo necessária a revisão e readequação de políticas e controles, bem como reformulação do elenco de contas do COSIF.

O cronograma do Plano de Implementação prevê fases de testes e homologações durante o ano de 2024 para implantação e vigência a partir de 01 de janeiro de 2025.

A Diretoria está ciente e aprova o plano de implementação, considerando os impactos e mudanças contábeis, regulatórias, de risco e normas internas das implementações do proposto pela Resolução CMN 4.966/21, e está empenhando esforços ao atendimento das melhores práticas, visando maior qualidade nas informações fornecidas aos usuários.

4. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis são as seguintes:

a) Moeda Funcional

As informações financeiras da **JBCred** estão representadas em reais (R\$), que é sua moeda funcional e de apresentação. Arredondada ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas nas apurações dos resultados do período em que ocorrerem, simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

c) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de Disponibilidades e em títulos de renda fixa livres, com prazo total de aplicação de até 90 dias, sendo o risco de mudança no valor de mercado destes, considerado insignificante. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros afins.

d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Registrados pelo custo de aquisição e acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço são classificados, quando aplicável, conforme a Circular 3.068, de 08/11/2001, do BACEN, sendo:

- i) Títulos para negociação: Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, classificados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento. São avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- ii) Títulos disponíveis para venda: Títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos ("accrual") são reconhecidos na demonstração do resultado e as variações no valor de mercado, quando aplicável, são representadas em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários; e
- iii) Títulos mantidos até o vencimento: Títulos e valores mobiliários para os quais a **JBcred** tem a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o seu vencimento. São contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos. A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários é efetuada por ocasião da elaboração dos balanços semestrais, levando em conta a intenção e a capacidade financeira, observado os procedimentos estabelecidos pela Circular do BACEN nº 3.068/01.

Em 30 de junho de 2024 e 2023, a **Sociedade** não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são registradas pelo valor de negociação, acrescidas do cálculo "pró-rata die" com base na variação do indexador e taxa de juros pactuados. A Administração avalia as operações de acordo com o nível de risco, considerando riscos específicos, conjuntura econômica e experiência operacional.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa segue os conceitos e orientações emanadas da Resolução nº 2.682/99, do CMN, destacando que as provisões são constituídas a partir da análise periódica da capacidade de recebimento e são classificadas em nove níveis, sendo "AA" considerado risco mínimo, e "H" considerados como perda.

As rendas das operações de crédito vencidas a mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receitas, quando de seu recebimento. As operações classificadas como nível H, permanecem nesta classificação por seis meses (180 dias), quando então são baixadas para prejuízo, em contrapartida da provisão existente e controladas em contas de compensação, não mais figurando entre as contas patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra provisão e que estavam em conta de compensação são classificadas no nível "H" e os eventuais ganhos provenientes somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende as orientações da Resolução nº 2.682/99, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 6.

f) Outros créditos e Outros valores e bens

Compostos basicamente por despesas antecipadas, impostos a compensar (quando aplicável), adiantamento a funcionários e outras aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em período futuro.

g) Imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzindo-se a depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, sendo: 10% ao ano para instalações, móveis e utensílios e equipamentos de comunicação, e 20% ao ano para sistemas de processamento de dados (informática) e de transportes, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 8.

h) Redução ao valor recuperável de ativos ("Impairment")

Os ativos não financeiros são avaliados para averiguar se há evidência significativa de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável de ativo não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

i) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (base pró-rata die) e provisão para perda, quando julgada necessária.

Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (base pró-rata die).

j) Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)

A provisão para imposto de renda corrente foi calculada pela alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240. A provisão para contribuição social é constituída pela alíquota de 15% (Nota 09).

k) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são realizados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e I.N. - BCB nº 319/22, da seguinte forma:

Ativos contingentes – São reconhecidos nas demonstrações contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

Passivos contingentes – São reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo divulgados nas Notas Explicativas, conforme demonstrado na Nota nº 10.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da apresentação do Caixa e equivalentes de caixa, da **Sociedade**, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, estavam compostos conforme segue:

	<u>30-jun-24</u>	<u>31-dez-23</u>
Caixa	3	2
Depósitos bancários a vista	544	913
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	547	915

Os depósitos bancários e as aplicações são mantidos em Instituições Financeiras de primeira linha, com liquidez diária e atreladas à variação do CDI. São considerados pela Administração da **Sociedade**, como suficientes para o cumprimento de obrigações de curto prazo.

6. Títulos e valores mobiliários

Abaixo, a composição dos títulos e valores mobiliários mantidos para negociação por tipo de papel, demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado.

	<u>30-jun-24</u>		<u>31-dez-23</u>	
	<u>Custo atualizado</u>	<u>Valor de mercado (i)</u>	<u>Custo atualizado</u>	<u>Valor de mercado (i)</u>
Títulos para negociação				
Carteira própria				
Certif de Dep Bancários - Renda Fixa	40.217	40.217	55.105	55.105
Cotas de fundo de renda fixa	18.279	18.279	10.261	10.261
TÍTULOS E VALORE MOBILIÁRIOS	58.496	58.496	65.366	65.366

(i) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base em preços e taxas praticados em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, divulgados pelo emissor dos títulos de renda fixa.

No semestre findo em 30 de junho de 2024, o rendimento de aplicações com títulos e valores mobiliários foi de R\$ 3.102 (R\$ 4.150 em 2023).

7. Operações de crédito

As operações de crédito em 30 de junho de 2024 e de 2023 estão compostas por empréstimos à Pessoas Físicas, com taxas prefixadas e atualizadas de acordo com a vigência dos contratos. Abaixo, a composição das operações de crédito por Tipo de Operação e Níveis de Risco e por faixas de Vencimento e Níveis de Risco.

a) Por tipo de operação e níveis de risco:

Níveis de Risco	30/06/2024								31-dez-23	
	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total
Empréstimo à Pessoa física	23.907	2.709	2.935	2.498	1.617	1.931	1.648	7.803	45.048	33.524
	23.907	2.709	2.935	2.498	1.617	1.931	1.648	7.803	45.048	33.524

b) Por faixas de vencimento e níveis de risco

De acordo com as Resoluções, do BACEN, nº 2.682 e nº 2.697, de 21/12/1999 e 24/02/2000, respectivamente, a metodologia de cálculo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é mensurada com base nos níveis de risco da carteira de créditos e percentuais genéricos de provisão.

Nível de risco	% de Provisão
A	0,5%
B	1,0%
C	3,0%
D	10,0%
E	30,0%
F	50,0%
G	70,0%
H	100,0%

A Administração da **Sociedade** avalia, periodicamente, a necessidade de provisões adicionais aos percentuais estabelecidos nas Resoluções mencionadas acima e entende que o montante de provisão é suficiente em relação à expectativa de recebimento dos créditos.

Em 30 de junho de 2024 e de 2023, o risco da carteira estava distribuído como apresentado abaixo:

	30/06/2024								31-dez-23	
	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total
Parcelas Vincendas	23.547	2.047	1.934	1.054	425	305	103	32	29.447	20.300
01 a 30 dias	4.678	450	540	295	130	128	49	21	6.291	4.743
31 a 60 dias	5.017	481	447	281	129	89	35	7	6.486	5.695
61 a 90 dias	4.292	383	364	217	86	60	13	2	5.417	3.611
91 a 180 dias	7.351	627	534	243	73	27	5	2	8.862	5.237
181 a 365 dias	2.191	106	49	18	7	1	1	0	2.373	1.011
acima de 365	18	0	0	0	0	0	0	0	18	3
Parcelas Vencidas	360	662	1.001	1.444	1.192	1.626	1.545	7.771	15.601	13.224
01 a 14 dias	360	105	117	163	102	64	37	28	976	844
15 a 30 dias	0	557	359	377	187	174	102	73	1.829	1.060
31 a 60 dias	0	0	525	378	227	251	147	139	1.667	1.570
61 a 90 dias	0	0	0	526	318	372	244	328	1.788	1.469
91 a 180 dias	0	0	0	0	358	765	1.015	2.339	4.477	3.302
181 a 365 dias	0	0	0	0	0	0	0	4.864	4.864	4.979
Subtotal	23.907	2.709	2.935	2.498	1.617	1.931	1.648	7.803	45.048	33.524
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-119	-27	-88	-250	-485	-966	-1.154	-7.803	-10.892	-9.563
Total líquido de operações de crédito	23.788	2.682	2.847	2.248	1.132	965	494	0	34.156	23.961

c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Para o semestre findo em 30 de junho de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ocorreu como demonstrado abaixo:

	30-jun-24	31-dez-23
Saldo inicial	<u>9.563</u>	<u>13.619</u>
Provisao no semestre	9.503	20.211
Reversao provisao no semestre	-1.536	-6.981
Baixa para controle em compensação	-6.638	-17.286
Total de Provisão para Créditos de	<u>10.892</u>	<u>9.563</u>

Os créditos anteriormente baixados como prejuízo e controlados em contas de compensação, e que foram recuperados no exercício, estão apresentados na demonstração do resultado em conta com a rubrica de receitas da intermediação financeira – operações de credito, sendo o valor recuperado em 30 de junho de 2024 R\$ 779 (R\$ 1.458 em 30 de junho de 2023).

8. Outros créditos

	<u>30-jun-24</u>	<u>31-dez-23</u>
Outros Créditos - Diversos		
Circulante	<u>3.117</u>	<u>1.869</u>
Rendas a receber	1	3
Adiantamento a funcionários	238	20
Adiantamento a fornecedores	332	126
Impostos e contribuições a compensar	808	1.272
Titulos e creditos a Receber	6	15
Outros	1.732	433
Não Circulante	<u>180</u>	<u>147</u>
Depósitos judiciais (Nota 11)	180	147
TOTAL OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS	<u>3.297</u>	<u>2.016</u>

9. Imobilizado de uso

a) Composição

		<u>30/06/2024</u>			<u>31/12/2023</u>	
<u>Item</u>	<u>%</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>	
Benfeitorias em imóveis de terceiros		1.743	-1.743	0	0	
Móveis e equipamentos	10%	1.363	-867	496	553	
Sistema de comunicação	10%	181	-89	92	90	
Equipamentos de Informatica	20%	1.766	-1.273	493	361	
Sistema de Transportes	20%	505	-505	0	0	
TOTAL IMOBILIZADO		5.558	-4.477	1.081	1.004	

		<u>30/06/2024</u>			<u>31/12/2023</u>	
<u>Item</u>	<u>%</u>	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>	
Outros ativos intangíveis	(i)	146	-94	52	57	
TOTAL INTAGIVEL		146	-94	52	57	

b) Movimentação do Custo

Item	Movimento do Custo				30/06/2024
	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	
Benfeitorias em imóveis de terceiro	1.743	0	0	0	1.743
Móveis e equipamentos	1.363	0	0	0	1.363
Sistema de comunicação	171	10	0	0	181
Equipamentos de Informática	1.565	204	-3	0	1.766
Sistema de Transportes	505	0	0	0	505
Outros ativos intangíveis	138	8	0	0	146
TOTAL IMOBILIZADO (CUSTO)	5.485	222	-3	0	5.704

A Administração da **Sociedade** avalia, ao menos uma vez no exercício social, a necessidade de provisão ao valor recuperável de seus ativos. Para o semestre findo em 30 de junho de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não foram apuradas perdas substanciais que necessitassem a apresentação de ajustes nas demonstrações contábeis.

10. Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

a) Composição

<u>Tributárias</u>	<u>30-jun-24</u>	<u>31-dez-23</u>
IRPJ LUCRO REAL	508	0
CSLL LUCRO REAL	312	0
IMPOSTOS S/ TERCEIROS	59	20
PIS	36	29
COFINS	221	180
TOTAL TRIBUTÁRIAS	1.136	229
<u>Previdenciárias</u>	<u>30-jun-24</u>	<u>31-dez-23</u>
IRRF S/ SALARIOS	148	176
INSS	139	138
FGTS	31	45
TOTAL PREVIDENCIÁRIAS	318	359
TOTAL FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	1.454	588

b) Reconciliação do Imposto de renda e da Contribuição social sobre o Lucro líquido

	<u>30-jun-24</u>	<u>31-dez-23</u>
Resultado antes da tributação sobre os lucros	5.175	5.929
(-) Juros sobre capital próprio	0	0
Efeitos das adições e exclusões no cálculo dos tributos	-2.204	-6.025
Adições	9.144	15.059
Exclusões	-11.348	-21.084
Base de cálculo de imposto de renda e de contribuição social	<u>2.971</u>	<u>-96</u>
Imposto de Renda corrente	508	0
Imposto de renda	312	0
Imposto de renda (alíquota adicional -10%)	196	0
Dedução Limite 4%) - PAT	0	0
Contribuição Social corrente	<u>312</u>	<u>0</u>
Contribuição Social corrente	312	0
Ajustes		
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social provisionados no resultado do semestre	<u>820</u>	<u>0</u>
Antecipações de pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social no semestre	<u>586</u>	<u>0</u>
Saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar / (restituir)	<u>234</u>	<u>0</u>

Administração, realizou estudo e levantamento das operações de crédito que haviam sido baixadas para perda. Desta forma, a Sociedade realiza a exclusão, para fins de apuração de impostos, das perdas efetivas do semestre, totalizando R\$ 11.326 em 30 de junho 2024 (R\$ 10.894 em 2023).

11. Outras obrigações –Diversas

(i) Refere-se ao recebimento parcial devido à renegociação de dívida.

	<u>30-jun-24</u>	<u>31-dez-23</u>
Outras Obrigações - Diversas		
Circulante	<u>2.999</u>	<u>2.217</u>
Pagamentos a efetuar - Pessoal	1.380	981
Pagamentos a efetuar - outras desp.adm	627	289
Pagamentos a efetuar - Outros	0	8
Credores diversos no país	49	40
Recebimento parcial(i)	943	899
Não Circulante	<u>237</u>	<u>181</u>
Provisão passivo contingente	237	181
TOTAL OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS	<u>3.236</u>	<u>2.398</u>

12. Ativos e passivos contingentes

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 não existem processos classificados pela Administração como ativos contingentes.

A **Sociedade** é parte em processos judiciais de natureza cível. A Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos, realiza análise individual de valor potencial de perda para as ações, considerando os critérios descritos na Resolução nº 3.823/09 do BACEN.

A Administração da **Sociedade** entende que as provisões constituídas são suficientes para atender as eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos.

A movimentação do passivo contingente para o semestre findo em 30 de junho de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023, ocorreram como demonstrado abaixo:

12.1) Movimentação dos processos por Natureza

	<u>Cível</u>
Saldo em 31/12/2023	182
Reversão de provisão	0
Constituição de provisão	57
(-) Depósitos judiciais	-180
Saldo Líquido em 30/06/2024	<u>59</u>

12.2) Valores Registrados Contabilmente

	<u>30/06/2024</u>			<u>31/12/2023</u>
	<u>Valor</u> <u>Contingência</u>	<u>Depósitos</u> <u>Judiciais</u>	<u>Valores</u> <u>Líquidos</u>	<u>Valor</u> <u>Contingência</u>
Cíveis	238	-180	58	181
Trabalhista	-	-	-	0
TOTAL PROVÁVEL	238	-180	58	181

12.3) Valores não Registrados Contabilmente

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Cíveis	573	656
TOTAL POSSÍVEL	573	656

A Sociedade possui depósitos, na ordem de R\$ 180 em junho de 2024 (R\$ 14 em 31 de dezembro de 2023), em garantia aos processos em andamento.

Os processos classificados, pela Administração e seus assessores jurídicos, como de probabilidade de perda possível, não estão reconhecidos contabilmente e montam R\$ 573 em 30 de junho de 2024 (R\$ 656 em 31 de dezembro de 2023).

Não existem, em curso, em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, processos administrativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas, que pudessem impactar representativamente nas Demonstrações Contábeis e operações da **Sociedade**.

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o Capital Social da **JBcred** era de R\$ 46.500, totalmente subscrito, integralizado, detidas por acionistas, Pessoa Física, sendo dividido em 23.250 (vinte e três mil, duzentos e cinquenta) ações ordinárias nominativas e 23.250 (vinte e três mil, duzentos e cinquenta) ações preferenciais nominativas, ao preço unitário de R\$ 1,00 cada uma.

b) Reserva de lucros

Conforme disposições estatutárias e determinação da Lei nº 6.404, a Sociedade destina 5% do lucro líquido do exercício social para Reserva Legal, atendendo aos limites estipulados na legislação vigente. Os lucros remanescentes ao cálculo da Reserva Legal e das distribuições de dividendos e JCP, são transferidos para Reserva Estatutária, conforme estipulado no Estatuto Social da **Sociedade**.

c) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Conforme disposições estatutárias, devem ser estipulados aos acionistas, dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio (JCP) que somados, correspondam, no mínimo, a 25% do Lucro Líquido do exercício.

Os Juros sobre o Capital Próprio são calculados com base nas contas do patrimônio líquido, limitando-se à variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou Reservas de Lucros.

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Dividendos	3.807	1.713
juros sobre o capital próprio	0	0
TOTAL SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS	3.807	1.713

14. Despesas administrativas

	<u>Semestre</u>	
	<u>2.024</u>	<u>2.023</u>
Água, energia e gás	80	78
Aluguel	372	345
Seguro Administrativo	1	2
Despesa de comunicações	122	125
Condomínio	70	73
Manutenção e conservação	57	67
Despesas de materiais	40	26
Despesas de processamento de dados	1.165	1.153
Propaganda e publicidade	258	278
Serviços sistema financeiro	2.906	2.511
Serviços de terceiros	3.717	3.138
Serviços técnicos especializados	1.565	1.335
Despesa de transportes	30	30
Amortização	14	14
Depreciação	137	160
Benfeitoria imóveis terceiros	0	56
Outras	234	176
TOTAL DESPESAS ADMINISTRATIVAS	10.768	9.567

15. Despesas com pessoal

	<u>Semestres</u>	
	<u>2.024</u>	<u>2.023</u>
Diretoria - honorários	330	462
Pessoal - benefícios	981	1.005
Pessoal - encargos sociais	942	1.039
Pessoal - proventos	2.818	2.450
Pessoal - treinamento	1	6
TOTAL DESPESAS PESSOAL	5.072	4.962

16. Receitas / Despesas Operacionais

	<u>Semestres</u>	
	<u>2.024</u>	<u>2.023</u>
Reversão provisões administrativas	0	79
Créditos previdenciários	60	0
Varição monetária ativa	21	0
Outras	5	23
TOTAL RECEITAS OPERACIONAIS	86	102

	<u>Semestres</u>	
	<u>2.024</u>	<u>2.023</u>
Descontos concedidos	-461	-588
Perdas ações cíveis	-154	-91
Outras	-65	0
TOTAL DESPESAS OPERACIONAIS	-680	-679

17. Despesas tributárias

	<u>Semestres</u>	
	<u>2.024</u>	<u>2.023</u>
Despesas tributárias	-474	-261
ISS	-1	0
COFINS	-1.227	-898
PIS	-199	-146
Total	-1.901	-1.305

18. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A **Sociedade** conta com estrutura independente de Gestão de Riscos, definida e aprovada pela Administração, em cumprimento aos normativos do agente regulamentador, o BACEN. A estrutura de Gestão de Risco tem a responsabilidade de identificar, avaliar e monitorar os Riscos nas disciplinas Operacionais, Mercado, Crédito e Liquidez, bem como garantir o funcionamento pleno da Estrutura de Controles Internos.

Os modelos de análise dos procedimentos de Risco foram definidos internamente pela Administração e o departamento de "Compliance", sendo adequados à complexidade atual da estrutura da **Sociedade** e de suas operações. Além das técnicas de acompanhamentos sobre Riscos, a **Sociedade** conta com colaboradores capacitados e especializados, subordinados hierarquicamente aos departamentos ligados à Gestão de Risco, que somadas à utilização de

softwares específicos de monitoramento de Riscos e os sistemas de emissão de relatórios para acompanhamento das operações, a Administração e o departamento de "Compliance" alinham e monitoram a plena execução das rotinas envolvidas nos processos operacionais da **Sociedade**.

A capacitação técnica dos colaboradores em conjunto com os investimentos em ferramentas de mercado, adquiridas junto a empresas líderes em fornecimento de soluções corporativas, foram essenciais na manutenção das metas de crescimento sustentado. A rotina de análise e identificação de riscos e simulação de cenários de estresse de mercado, trouxeram uma melhor visão operacional

Para a Administração e o departamento de "Compliance" da **Sociedade**, que tem em seu estilo, historicamente conservador, um forte aliado na mitigação de riscos potenciais.

Seguindo os princípios da Governança Corporativa, todos os documentos de trabalho de processos de simulação de mercado e mitigação de riscos, são disponibilizados para a Administração, no intuito de possibilitar a ação tempestiva e suficiente para mitigação dos Riscos. Aliada às áreas operacionais internas, a **Sociedade** vem incrementando tempestivamente as áreas de Controle de Risco, contando com um departamento de "Compliance" Operacional e Legal, um departamento de Auditoria Interna, terceirizado e permanente, além de contratar serviço de Auditoria Externa Independente. A Administração julga, a manutenção destes e o incremento de capacitação em outros departamentos, como a melhor prática e fator primordial para que o processo de avaliação das operações possa estar certificado e seus riscos minimizados, no que tange a qualidade e fidedignidade de seus procedimentos e divulgações contábeis e financeiras.

i) Risco de mercado

O Risco de Mercado pode ser definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma Instituição Financeira, bem como de sua margem financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias ("commodities").

Em cumprimento aos dispositivos da Resolução mencionada acima, a Administração definiu e incorporou e vem aperfeiçoando a política de Gerenciamento do Risco de Mercado em conjunto com a Área de Riscos, Controles Internos e "Compliance" (GRCIC), adequando às características das operações e complexidade dos produtos ofertados pela **Sociedade**.

Embora a **Sociedade**, atualmente, não mantenha nenhuma posição de Risco que referencie ao Risco de Mercado, todas as etapas para a identificação e controle do Risco foram desenvolvidas pela Administração e o departamento de "Compliance", como a estruturação das áreas de responsabilidade.

O Gerenciamento de risco de mercado é realizado com a aplicação de metodologias previamente definidas e sistemas adequados à natureza das operações, a complexidade dos produtos

ofertados e a dimensão da sua exposição. Os processos de avaliação de Riscos buscam identificar os descolamentos de preços no mercado que possam impactar negativamente as posições assumidas da **Sociedade**. São aplicadas metodologias para o acompanhamento diário das exposições aos diversos fatores de risco e o cálculo do Valor em Risco ("VaR"), aplicação de testes de estresse de flutuação das principais variáveis macroeconômicas, com a utilização de cenários históricos ou de mudança de premissas.

O Modelo de financiamento para suas operações é totalmente voltado ao Capital Próprio, não sendo contratadas operações de crédito com outras Instituições Financeiras, desta forma, a totalidade da carteira de créditos da **Sociedade** é classificada como fluxo de caixa próprio.

Em conformidade ao determinado pelas normas atuais, o cálculo do Risco de Crédito segue a rigor aos ensejos de uma Sociedade de Crédito que ocupa o **segmento S5** perante o Banco Central do Brasil.

ii) Risco de crédito

O Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas aos seguintes fatores:

- Ao descumprimento do tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.
- À desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador.
- À redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.557/2017, que dispõe sobre a necessidade da estrutura de Gerenciamento de Risco Integrada, a **Sociedade** estruturou a área denominada de "Riscos", Controles Internos e "Compliance" (GRCIC), sendo esta, a responsável pela manutenção normativa da área de Risco de Crédito enquanto as áreas de Crédito e Produtos ficam responsáveis pela manutenção operacional e gestão das ações mitigadoras do risco de Crédito. A política de crédito está voltada ao monitoramento contínuo das Operações de Crédito para verificar o risco de cada operação. A gestão do Risco de Crédito está dividida nas etapas de decisão, formalização, monitoramento e cobrança.

O amplo conhecimento sobre o público alvo, tomador destas Operações de Crédito, é fator primordial do sucesso e rentabilidade destas operações, tendo em vista a característica geral dos clientes. As concessões das operações são coordenadas e monitoradas pela Administração

em conjunto com os Departamentos de Risco e Financeiro, o que possibilita o acompanhamento contínuo da carteira de crédito.

Com a finalidade de proteger-se contra perdas significativas decorrentes das Operações de Crédito, a **Sociedade**, considera todos os aspectos determinantes do Risco de Crédito do cliente para definir o nível de provisões adequado ao risco, em cada operação.

Observa-se, para cada operação, a avaliação e classificação do cliente, os históricos de inadimplência individual e de mercado, para a formação de parâmetros de "Credit Score" e "Behavior Score". Além disso, são consideradas as informações da Central de Risco do BACEN, conforme as orientações da Resolução CMN nº 2682/1999, onde encontram formalizadas as regras de classificação e os percentuais de provisionamento mínimo das Operações de Crédito expostas à uma maior dificuldade de recuperação. As decisões operacionais e gerencias sobre a concessão de Operações de Crédito são de responsabilidade dos departamentos de Produtos, Crédito e Diretoria.

A aprovação do crédito é feita pela Mesa de Crédito Interna da **Sociedade**, de forma a garantir a uniformidade do processo e a contenção de eventuais tentativas de fraude. Os procedimentos de concessão estão formalizados e registrados em manuais internos de procedimento, devidamente revisados pelas áreas de Produtos, Crédito e Diretoria.

Os correspondentes bancários da **Sociedade**, normatizados pelas regras da Resolução CMN nº 4.935, de 29 de julho de 2021, atualmente encontram-se totalmente terceirizados, e não participam no processo de aprovação das Operações de Crédito, onde somente figuram como captadores de propostas de concessão de crédito. As exceções e/ou desvios aos padrões de classificação de Risco estabelecidos pela Administração, são tratadas diretamente entre a Mesa de Crédito e os níveis hierárquicos de supervisão e gerenciamento de riscos, por meio de limites de alçada de aprovação.

Os procedimentos de cobrança são executados por equipes internas e empresas externas parceiras especializadas, visando conter os índices de inadimplência, garantindo a rentabilidade das operações concedidas de forma a garantir a convergência com as práticas legais do Mercado Financeiro. A carteira de inadimplentes classificada em compensação é trabalhada com recursos de cobrança e campanhas. O acompanhamento de casos relevantes (entende-se como operações superiores ao valor médio das operações de crédito historicamente registradas) é analisado sob a ótica da PLD/FT e recebem análise diferenciada no processo de aprovação de crédito.

iii) Risco operacional

A área de Risco Operacional também é disciplina da área denominada "Área de Riscos", Controles Internos e "Compliance" (GRCIC). Atendendo a orientação da Resolução CMN nº 4.557/2017, visa detectar e mitigar os riscos de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O Risco Operacional é monitorado e avaliado através da disponibilização de ferramentas de apoio ao colaborador, divulgação de políticas internas e metodologias da **Sociedade**, através de atividades contínuas de gestão e pelo Departamento de Auditoria Interna.

As inconformidades com as políticas e determinações da Área de Risco Operacional, são comunicados à Administração de forma ativa e tempestiva para garantir a eficiência operacional e mitigação de perdas operacionais da **Sociedade**. A área de Riscos possui diversas ferramentas, contando com sistema interno de registro e mapeamento das mesmas, para a verificação de qualquer inconsistência que possa provocar perdas, recuperáveis ou não. São disponibilizados relatórios gerenciais para a Administração, assim como se utilizam ferramentas de análise e extração de informações como o "Datawarehouse" para o armazenamento lógico de todas as informações estratégicas e para a análise de grandes volumes de dados, com o intuito de obter informações estratégicas que podem facilitar a tomada de decisão, comumente conhecidos como "Business Intelligence".

Outras soluções para a avaliação de "exceções" existentes na **Sociedade** são utilizadas na análise de operações que podem resultar em risco de perdas. As soluções atendem basicamente às Operações de Crédito e identificam desvios nos procedimentos internos ou modelos definidos. Os desvios são analisados por pessoas autorizadas e classificadas por níveis de acessos e de alçada. Atualmente os membros da Diretoria Financeira e Presidência possuem alçada para concluir sobre a operação. As incoerências que caracterizam exposição a riscos, perdas ou possibilidades de perdas, são apontadas e relatadas à Administração pela Área de Riscos, Controles Internos e "Compliance".

A Auditoria Interna, por sua vez, fornece os subsídios à Administração através de seus papéis de trabalho, a fim de indicar pontos de fragilidade de controles e melhorias operacionais para estabelecimento de planos de ação e correção das deficiências e mitigação dos riscos.

Os dados e análise sobre perdas ou possíveis perdas operacionais são armazenados em banco de dados, o que permite à **Sociedade**, por meio de análises, aprimorar as metodologias de gestão de riscos. Matrizes de riscos são utilizadas para identificar, avaliar, tratar, controlar e monitorar os riscos que as operações da **Sociedade** estão sujeitas e são periodicamente revisadas e atualizadas. O Departamento Jurídico analisa constantemente a inadequação ou deficiência dos contratos firmados pela **Sociedade**, seja das Operações de Crédito ou da contratação de bens ou serviços. Atua para estabelecer, avaliar e verificar detalhadamente a conformidade e regularidade das cláusulas contratuais a fim de evitar sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e eventuais processos por danos causados a terceiros.

iv) Risco de liquidez

O Risco de Liquidez ocorre quando há desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da **Sociedade**, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A estrutura responsável pelo Gerenciamento do Risco de Liquidez é a Diretoria Financeira e Presidência, que monitoram e controla o fluxo de caixa e as modalidades de investimento em aplicações financeiras. O Departamento Financeiro elabora relatórios gerenciais relacionados às condições de liquidez da **Sociedade**, que são direcionados a Diretoria.

Atualmente, na relação entre ativos e passivos, a **Sociedade** apresenta grau de liquidez em patamares, considerados pela Administração, como adequados e por política operacional, utiliza-se apenas de recursos próprios.

v) Risco Socioambiental para o Crédito

Em conformidade com as orientações Resolução CMN nº 4.945, de 15 de setembro de 2021 do BACEN, a JBCRED está buscando incorporar as práticas e os procedimentos para a gestão e o desenvolvimento sustentável das políticas socioambientais, concedendo crédito somente a pessoas físicas.

A JBCRED não trabalha com pessoas jurídicas e desta forma não atua em projetos de impacto e relevância material. Os valores de concessão destas operações são considerados não materiais e extremamente pulverizados e não apresentam grande impacto individual socioambiental. Estas operações também não se caracterizam como atrativas sob a ótica das práticas envolvendo a lavagem de dinheiro e o financiamento ao terrorismo.

Mesmo sob este cenário, estamos adotando as ações necessárias para a efetiva Gestão do Risco Socioambiental, através de ajustes dos procedimentos sistêmicos e operacionais, efetuando a disseminação do conhecimento a todos colaboradores pela governança e ampliando a base de conhecimento e treinamento dos técnicos diretamente envolvidos na questão.

vi) Atividades dos controles internos

A Estrutura de Controles Internos atende aos dispositivos da Resolução CMN Nº 4.968, de 25 de novembro de 2021 e normas posteriores e visa garantir a eficiência do Sistema de Controles Internos da **Sociedade**, estabelecendo objetivos e mecanismos que possam assegurar a conformidade com as Políticas e Normas Internas e legislações aplicáveis. É responsável pelo mapeamento de todas as ocorrências e ações executadas na **Sociedade**, assim como pela análise das estruturas operacionais existentes e das estruturas que sejam criadas, com a finalidade de definir as sequencias lógicas de trabalhos para conduzir ao resultado esperado.

O sistema de controles internos visa conferir se os processos e sistemas de gestão dos diversos tipos de riscos estão aderentes às normas internas e legislação oficial regulatória, bem como é responsável pela realização de testes de avaliação dos sistemas, processamento e modelos de controle de risco.

A estrutura é descentralizada quanto ao quesito operacional, pois cada área representa um Agente de Controles Internos, mas é gerida diretamente pela Área de Riscos, Controles Internos e "Compliance" (GRCIC).

vii) Governança corporativa

As práticas de Governança Corporativa foram implementadas e são revisadas constantemente, como forma a garantir que as ações e orientações estejam adequadas ao Mercado Financeiro, em modelo sugerido pela Associação Brasileira de Bancos (ABBC), que leva em conta as variáveis de complexidade da estrutura e tamanho da Instituição Financeira.

As seguintes orientações foram implementadas pela Administração:

- Aprovação de Projetos internos por Comitê Multidisciplinar de forma a garantir a difusão do conhecimento entre as áreas de negócio;
- Amplo envolvimento da área de Riscos para que novas ações estejam de acordo com as normas e leis atualizadas, desde sua discussão;
- Alinhamento direto entre Alta Gestão e Gestores de Negócio para aprovação de projetos e orçamentos;
- Ampla divulgação dos trabalhos internos como forma de ampliar o acesso às decisões e suas bases;

A implantação da Governança Corporativa em sua essência trouxe aos diversos níveis da **Sociedade** uma melhor compreensão sobre sua missão principal e também a melhor interação entre níveis e áreas da corporação.

19. Ouvidoria

A **Sociedade** tem uma área de Ouvidoria em atendimento às disposições da Resolução CMN nº 4860/2020, (CMN) e Resolução BCB nº 28/2020 que atua como canal de comunicação entre a **Instituição**, órgãos reguladores e seus clientes para solucionar eventuais pendências e prestar esclarecimentos sobre seu produto.

20. Cobertura de seguros

Em 30 de junho de 2024 a **Sociedade** possuía cobertura de seguros por incêndio, responsabilidade civil e para os veículos no montante total de R\$ 8.160 e (R\$ 8.160 em 31 de dezembro de 2023). O valor segurado é determinado pela Administração, em base técnica que se estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos. Os valores de cobertura de seguro não foram auditados.

21. Instrução Resolução CVM nº 162/2022

A Instituição segue as disposições da norma que regula a divulgação, pelas Entidades Auditadas, de informações sobre a prestação, pelo auditor independente, de outros serviços que não sejam de auditoria externa.

22. Limites operacionais

A Instituição atende a Resolução BCB nº 69/2021 que Estabelece procedimentos para a remessa de informações relativas a apuração dos limites e padrões mínimos regulamentares que especifica, segundo a norma: "...§ 1º As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil enquadradas no Segmento 5 (S5)...", "...2º As informações mencionadas no art. 1º devem ter como data-base o último dia de cada mês..." e "...3º As informações devem ser remetidas ao Desig sempre que solicitadas, inclusive para datases..."

Este documento é uma memória do acompanhamento que a Instituição está fazendo de seus limites. Estabelece procedimentos para a remessa de informações relativas a apuração dos limites e padrões mínimos regulamentares.

Todas as Operações de Crédito que compõe a Carteira Classificada da **Instituição** são de natureza de não negociação, voltadas as pessoas físicas, sem garantia ou aval e são ponderadas pelo fator associado ao risco de acordo com a Resolução BCB nº 229/2022, estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente as exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD). Dadas as características de nossa operação, com capital próprio e carteira não negociada, as parcelas sobre Risco de Crédito e sobre o Risco Operacional são as mais significativas para a ponderação dos Ativos.

Quadro de Limites Operacionais referentes a 30/06/2024:

Patrimônio de Referência – (PR)	88.610
Ativos Ponderados pelo Risco	35.923
RWAmpad (RWAjur1) - Mercado	194
RWAcpad - Crédito	31.745
RWAopad – Indicador Básico – Operac.	3.984
RBan	1.720
Índice Basileia	246,67%

23. Eventos Subsequentes

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não ocorreu nenhum evento subsequente que alterasse significativamente o resultado ou situação patrimonial da sociedade.

Diretoria

Rodrigo Della Casa

Diretor Presidente

Elaine Florentino de Gois

Diretora

Marcelo Alcides Ignácio Pereira

Contador – CRC 1SP 212924/O-3